
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

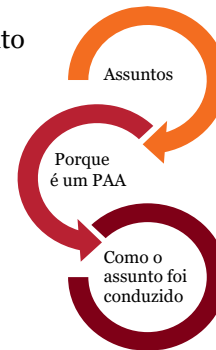
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Ativo de intangível - Capitalização de gastos - Notas 2.4.3 e 9

Os valores registrados como ativo intangível referem-se aos gastos incorridos na infraestrutura em construção, nos termos da interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

Consideramos a capitalização de gastos no ativo intangível de concessão como um dos principais assuntos de auditoria uma vez que essas capitalizações podem representar custos não qualificáveis de acordo com as normas contábeis ou que não representem obras efetivamente realizadas de acordo com o contrato de concessão.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos no processo, a avaliação dos critérios adotados pela administração para a identificação, elegibilidade e registros dos gastos capitalizados. Com base em testes amostrais, confrontamos as adições efetuadas com as respectivas documentações suportes, avaliando também, a natureza e a aplicabilidade dos gastos em obras no contrato de concessão. Adicionalmente, efetuamos a leitura das divulgações realizadas em notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Maringá, 31 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Machado
Contador CRC 1PR042584/O-7

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo				Passivo e Patrimônio líquido			
	Notas	31/12/2022	31/12/2021		Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		18.118	7.030	Circulante		5.262	20.048
Caixa e equivalentes de caixa	3	14.743	3.844	Fornecedores	11	1.494	10.082
Clientes	4	2.584	2.538	Empréstimos e financiamentos	12	985	-
Impostos a recuperar		337	10	Passivos de arrendamentos	10.2	1.289	8.110
Adiantamentos	5	149	342	Salários e encargos sociais a pagar	13	588	628
Outros ativos circulantes	7	305	296	Encargos tributários a pagar	14	709	1.015
				Impostos e contribuições parceladas	15	189	204
				Dividendos propostos	17.4	8	
				Outras contas a pagar		-	9
Não circulante		128.892	63.747	Não circulante		82.858	10.725
Títulos e valores Mobiliários		14	7	Empréstimos e financiamentos	12	79.653	-
Outros ativos não circulante		35	34	Passivos de arrendamentos	10.2	1.921	10.262
				Impostos e contribuições parceladas	15	222	371
				Provisões para contingências	16	1.062	92
Imobilizado	8	3.428	1.401	Patrimônio líquido		58.890	40.004
Intangível	9	122.601	39.501	Capital social	17.1	53.000	34.995
Direito de uso	10.1	2.814	22.804	Reserva legal	17.2	295	250
				Reserva de retenção de lucros	17.3	5.595	4.759
Total do ativo		147.010	70.777	Total do passivo e patrimônio líquido		147.010	70.777

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	18	122.733	44.721
Custos dos serviços prestados	19	(103.258)	(26.800)
Lucro bruto		19.475	17.921
Receitas (despesas) operacionais		(7.051)	(3.605)
Despesar gerais e administrativas	20	(7.001)	(7.271)
Despesas comerciais		(30)	(22)
Outras receitas(despesas) operacionais	21	(20)	3.688
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		12.424	14.316
Resultado financeiro	22	(10.522)	(6.287)
Despesas financeiras		(12.061)	(6.344)
Receitas financeiras		1.539	57
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		1.902	8.029
Imposto de renda e contribuição social	23	(1.013)	(1.513)
Corrente		(1.455)	(2.169)
Diferido		442	656
Lucro líquido do exercício		889	6.516
Lucro líquido por ação - em reais	24	0,0244	0,3356
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do exercício	889	6.516
Outros resultados abrangentes	-	
Total dos resultados abrangentes	889	6.516

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de retenção de lucros	Reserva legal	Lucros / Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>18.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.507)</u>	<u>16.493</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.516	6.516
Integralização de capital	16.995	-	-	-	16.995
<i>Destinação:</i>					
Constituição de reserva legal	-	-	250	(250)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	4.759		(4.759)	-
Reversão de reserva de retenção de lucros					
Dividendos propostos					
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>34.995</u>	<u>4.759</u>	<u>250</u>	<u>-</u>	<u>40.004</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	889	889
Integralização de capital	18.005	-	-	-	18.005
<i>Destinação:</i>					
Constituição de reserva legal	-	-	45	(45)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	836		(836)	-
Dividendos propostos				(8)	(8)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>53.000</u>	<u>5.595</u>	<u>295</u>	<u>-</u>	<u>58.890</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXO DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	889	6.516
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício as atividades operacionais		
Depreciação e amortização	15.647	8.833
Provisão para contingências	970	92
Amortização do direito de uso	2.041	2.918
Juros sobre direito de uso	-	813
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	3.330	191
Juros apropriados sobre passivo de arrendamentos	4.064	3.279
Juros apropriados sobre parcelamentos	49	29
Amortização do custo de captação	101	-
Custos de transação de empréstimos e financiamentos	125	-
Impostos diferidos	(442)	(656)
(Aumento)/redução nos ativos		
Contas à receber	(46)	-
Demais contas a receber e adiantamentos	474	515
Impostos a recuperar	(328)	2
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	(8.588)	(5.935)
Passivo de arrendamentos	-	-
Encargos tributários a pagar	136	861
Salários e encargos sociais a pagar	(40)	118
Impostos e contribuições parcelados	(213)	562
Dividendos a pagar	35	-
Demais contas a pagar	881	542
	19.085	18.680
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(1.567)	(191)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamentos	(2.481)	(2.384)
Imposto de Renda e Contribuição social pagos	(1.340)	(1.338)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	13.697	14.767
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(81.948)	(3.076)
Aquisição de títulos de valores mobiliários	(7)	1
Caixa líquido aplicado nas Atividades de investimento	(81.955)	(3.075)
Terceiros		
Captação de empréstimos e financiamentos	82.000	-
Custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	(3.226)	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	(1.102)
Amortização do passivo de arrendamentos	(17.622)	(6.496)
Acionistas		
Empréstimos entre partes relacionadas	-	(3.604)
Integralização de capital	18.005	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	79.157	(11.202)
Aumento líquido (redução) nos saldos de caixa e equivalentes de caixa	10.899	490
Caixa e equivalente de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3.844	3.354
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	14.743	3.844

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022**
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 29 de junho de 2018, com sede em Cuiabá- MT.

Tem por objetivo social único e exclusivo a atuação como concessionária de trecho de 91,4 km da rodovia MT 100 entre os municípios de Alto Araguaia e Alto Taquari, mediante cobrança de pedágio e prestação dos serviços de conservação, reparação, manutenção, implantação de melhorias e operação do trecho rodoviário estadual, conforme objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 01 do Edital de Licitação nº 01/2018 da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística – SINFRA/MT.

A concessão tem prazo de 30 anos e faz parte da primeira etapa do programa Pró-Estradas Concessões, voltado à melhoria da logística de transportes do Estado de Mato Grosso.

O direito de outorga foi arrematado em leilão público conduzido pela B3 no ano de 2018. Com a concessão, a rodovia deve receber investimentos de R\$ 365.000 (não auditado).

Em dezembro de 2021, conforme primeiro aditivo do contrato de concessão, foi celebrado o reequilíbrio econômico da Companhia, conforme cláusula 39.4 do contrato de concessão, onde a Via Brasil MT100 obteve total êxito sobre seus pleitos, em especial pela impossibilidade da não cobrança de eixos suspensos, suscitando em mudanças nas características do contrato, de forma a reequilibrar a concessionária financeiramente, como com a isenção da cobrança da outorga variável paga a Secretaria de Infraestrutura (SINFRA) que era de 1% sobre a receita tarifaria e economicamente com a reprogramação de obrigações de investimento.

A Companhia acompanha os processos de evolução da pandemia da Covid-19 e não foi impactada significativamente, pela característica de tráfego atrelado ao agronegócio e buscará eventuais medidas reparatórias caso sejam identificados impactos.

A Administração não identificou necessidade de revisão das demonstrações financeiras, por temas relacionados com os riscos da Covid-19 para o exercício de 2021, bem como não foram necessários ajustes nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

1.1. Planos da Administração

No exercício de 2019, a Companhia realizou os investimentos previstos para o 1º ano do Contrato de Concessão, visando dotar a rodovia de condições de trafegabilidade e segurança, cumprindo as condições contratuais estipuladas para permitir o início da cobrança do pedágio, iniciada em dezembro de 2019.

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 2020, primeiro ano completo da arrecadação de pedágio, e em 2021 e 2022 como segundo e terceiro ano, a Administração iniciou o período de geração de caixa. Além disso, os acionistas decidiram realizar a integralização de capital social que mantinha como AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, e assim reverteu seu capital circulante líquido negativo. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encerrou o exercício com capital circulante líquido positivo em R\$ 12.829 ((R\$ 13.018) em 31 de dezembro de 2021).

Em 28 de dezembro de 2021, a Companhia assinou contrato de financiamento perante ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no valor de R\$ 200.000 para investimentos previstos até o 7º ano de concessão. Dentre as cláusulas de obrigação está a integralização de capital social de no mínimo R\$ 53.000

Em 30 de dezembro de 2021 os acionistas decidiram integralizar o saldo que mantinham como adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 16.995, conforme compromisso assumido perante o contrato de financiamento do BNDES. Em 21 de fevereiro de 2022 foi integralizado o montante de R\$ 18.005 em atendimento a cláusula de obrigação de capital social de no mínimo R\$ 53.000,00.

A Administração considera, para cumprimento do plano de investimentos da Concessão, as fontes de recursos captados através do BNDES, a geração de caixa da Companhia neste 4º ano de arrecadação, assim como nos próximos exercícios. Tal equação de fundos e geração de caixa, contribuiu para a Companhia ter revertido seu capital circulante líquido negativo durante o exercício de 2022.

1.2. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 31 de março de 2023.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. A declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022**
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a essas estimativas e premissas incluem análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impairment de ativos não financeiros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

2.3. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

2.4. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente no exercício dessas demonstrações financeiras.

2.4.1. Reconhecimento da receita

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços, qual seja, na passagem dos veículos pelas praças de pedágios. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes, abatimentos e descontos. Eventuais valores de meios de pagamentos com prazo entre a utilização da rodovia e o recebimento financeiro são reconhecidos como contas a receber de clientes.

A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receitas e despesas financeiras: A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. As despesas com estruturação e acompanhamento de dívida são reconhecidas também como despesa financeira. A administração da Companhia entende que todos os custos que advêm da emissão das dívidas de longo prazo, responsáveis pela sustentação do plano de negócios, são parte do custo de captação, devendo ser tratadas como despesas financeiras.

Receitas de construção: A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão) e CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo intangível, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem de lucro nula.

2.4.2. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos e debêntures, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis. Esses instrumentos financeiros são classificados na categoria de custo amortizado. Com relação às aplicações financeiras e instrumentos classificados como caixa e equivalente de caixa, posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros não derivativos são mensurados ao custo amortizado:

- **Ativo financeiro - Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2022, assim como em 2021, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

- **Custo amortizado**

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

- **Passivos financeiros:** Passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

2.4.3. Ativo circulante e não circulante

- **Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, e considera equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.
- **Contas a receber de clientes e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia diretamente das operadoras de sistemas automáticos de pedágio. São classificadas como ativo circulante. A Companhia não constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os clientes, ou seja, como o prazo médio de recebimentos das operadoras do sistema de arrecadação é de 28 dias, uma vez que o não pagamento por partes das operadoras os serviços são suspensos.

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Imobilizado: O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas que não integram os ativos objetos dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados ao comparar os resultados do valor contábil com o valor líquido da venda, e são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais, na demonstração dos resultados.

▪ **Ativo intangível:**

a) Intangível - Contratos de concessão

A Companhia detém contrato de concessão para exploração rodoviária mediante cobrança de pedágio firmado com o poder concedente.

O intangível registra os custos fixos da outorga da concessão e os investimentos rodoviários vinculados ao Contrato de Concessão. Quanto a outorga variável, que é sobre a receita bruta da arrecadação dos pedágios, a Companhia registra a medida que reconhece a receita, ou seja, apropria diretamente no resultado como dedutível da receita reconhecendo o passivo a pagar ao poder concedente, que é pago trimestralmente, considerando a premissa do item 28 do OCPC 05.

A Companhia reconhece o ativo intangível à medida em que realiza os investimentos vinculados ao Contrato de Concessão e detém o direito (autorização) de cobrança de tarifa dos usuários dos serviços públicos, conforme ICPC 01 (R1) e OCPC 05.

Neste modelo, a partir da data da assinatura do Contrato de Concessão, a Companhia registra os investimentos realizados no ativo intangível, ativo este recuperado por tarifa durante a concessão.

Nos ativos intangíveis, os bens patrimoniais são amortizados linearmente de acordo com o prazo do Contrato de Concessão nos casos de estruturas prediais, pontes, contornos, ou pela vida útil econômica dos bens, nos casos de recapeamentos e dispositivos de segurança (sinalização vertical, horizontal), ou seja, a amortização dos ativos intangíveis leva em consideração a vida útil do ativo ou prazo de concessão, dos

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

dois prazos o menor. O Contrato de Concessão não permite a obtenção de indenização de eventual saldo contábil não amortizado ao término da concessão.

	Vida Útil Estimada
Outorgas e despesas pré-operacionais	30 anos
Trabalhos Iniciais - Restauração de pavimento	2 anos
Trabalhos Iniciais - Faixa de domínio	2 anos
Trabalhos Iniciais - Sinalização Horizontal	2 anos
Trabalhos Iniciais - Sinalização Vertical	10 anos
Elementos de segurança e proteção	10 anos
Edificações, projetos, gestão ambiental e outros	30 anos

▪ **Impairment de ativos financeiros de longo prazo:**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

2.4.4 Direito de uso e passivo de arrendamentos

Os contratos de arrendamentos são registrados no ativo denominado Direito de Uso, que é o correspondente àquele que representa a transferência ao direito do arrendatário de usar o ativo arrendado ao longo do prazo do arrendamento; o passivo gerado em contrapartida representa a obrigação do arrendatário de pagar as prestações ao arrendador durante o prazo do arrendamento, conforme seu grau de exigibilidade denominado passivo de arrendamentos, com exceção dos casos de arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses) ou de arrendamentos de baixo valor, conforme CPC 06.

2.4.5 Passivo circulante e não circulante

- **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

- **Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.
- **Impostos e contribuições:** Os impostos e contribuições federais e municipais são registrados pela receita de pedágio realizada em cada período e reconhecido no passivo circulante.
- **Imposto de renda e contribuição social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que a Companhia atua e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda e de contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos pela companhia no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

A Companhia optou pelo regime de lucro real trimestral para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, assim como para o exercício de 2021.

.

- **Provisões e contingências:** As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

- **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- **Resultado por Ação:** De acordo com o CPC 41 – Resultado por Ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ordinárias disponíveis durante o período.

Diluído: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada disponível durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

2.4.6. Estimativas e premissas críticas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

a) Tributos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, que poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes. O julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

b) Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo intangível operacional da Companhia. No contrato de concessão estão previstos outorga variável de 1% e Ônus de Fiscalização de 2%, que somam 3% do valor da receita bruta, porém com o reequilíbrio econômico do contrato de concessão, a outorga variável foi revisada para 0%, restando apenas o valor de 2% relativo ao Ônus de Fiscalização após o primeiro trimestre de 2021. A administração optou em apropriar diretamente no resultado como custo reconhecendo o passivo a pagar ao poder concedente, que é pago trimestralmente, considerando uma das premissas item 28 do OCPC 05.

2.5. Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura (Receita de Construção): A Companhia registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão. Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado.

2.6. Mudanças em políticas contábeis

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.6.1 Novas normas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e estão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 e não tiveram impactos nas demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

- **Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado":** em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- **Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes":** em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- **Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios":** emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º. de janeiro de 2022.
- **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2022:**
 - (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

Não houve impactos na adoção das normas adotadas pela Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.5.2 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor, assim como as descritas acima que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e saldos em conta corrente bancária	5.419	123
Aplicações financeiras em renda fixa (a)	9.324	3.721
	14.743	3.844

(a) As aplicações financeiras de modalidade renda fixa são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. Em 31 de dezembro de 2022, a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 101% do CDI, contra 100% do CDI em 31 de dezembro de 2021. Em decorrência da equalização dos fluxos de caixa da Companhia, a administração decidiu por aplicar o saldo de caixa em aplicações financeiras de curto prazo.

4. Clientes

Refere-se aos valores a receber de pedágios cobrados através de operadoras de sistemas de arrecadação:

	31/12/2022	31/12/2021
Clientes - Operadoras de sistema de arrecadação	2.584	2.538
	2.584	2.538

O prazo médio de recebimentos das operadoras do sistema de arrecadação é de 28 dias. Até o encerramento do balanço não tínhamos expectativas de perdas de créditos de liquidação duvidosa, assim como não havia nenhum título vencido, uma vez que o não pagamento por partes das operadoras os serviços são suspensos.

A Companhia acredita que não terá nenhum impacto relacionado à pandemia da Covid-19 no recebimento das operadoras de serviços, uma vez que está previsto em contrato, que na falta de repasse para a concessionária os serviços serão suspensos.

5. Adiantamentos

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento a funcionários	13	6
Adiantamentos a fornecedores (a)	136	336
	149	342

(a) Refere-se aos valores de adiantamentos de prestação de serviços na execução de obras no perímetro da rodovia.

6. Partes relacionadas

6.1. Serviços administrativos compartilhados pela Conasa

A Companhia contratou o Centro de Serviços Administrativos Compartilhados de sua acionista controladora Conasa Infraestrutura para realizar todos os serviços financeiros,

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

contábeis, fiscais, de recursos humanos, jurídicos e de TI, além de outros serviços correlatos. A Companhia mantém o saldo a pagar de R\$ 34 em 31 de dezembro de 2022 registrado na conta de fornecedores, (R\$ 30 em 2021) e totalizou o montante de R\$ 402 de serviços administrativos durante o exercício de 2022 (R\$ 620 em 2021).

6.2. Serviços de controle de operação compartilhados com Via Brasil MT-320 e Via Brasil MT-246.

A Via Brasil MT-100 compartilha o centro de controle de operações, juntamente com as coligadas Via Brasil MT-320 e com a Via Brasil MT-246, onde todas as despesas administrativas são rateadas e reembolsadas no mês seguinte. Para o exercício de 2022 foram reembolsadas R\$ 1.920 (R\$ 3.748 em 2021). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha saldo a receber registrado no seu contas a receber de R\$ 80 (R\$ 429 em 31 de dezembro de 2021).

6.3 Remuneração dos administradores

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro 2022, totalizaram R\$ 851 (R\$ 793 em 2021).

A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

7. Outros ativos circulantes

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas antecipadas		
Seguro garantia/contratos	305	296
	305	296

Refere-se a seguros contratados para garantia de execução de obras de investimentos, além do seguro de execução do contrato de concessão e que estão sendo amortizados pelo prazo de um ano com renovações anuais, como está previsto no contrato de concessão.

8. Imobilizado

8.1. Composição

Grupos de imobilizado	Taxa Depreciação ao ano	31/12/2022			31/12/2021
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	694	(158)	536	491
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	1.126	(116)	1.010	2
Computadores e periféricos	20	1.831	(526)	1.305	821
Maquinas e equipamentos	10	594	(22)	572	81
Instalações	10	9	(4)	5	6
		4.254	(826)	3.428	1.401

A Administração avaliou que não há indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma,

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

8.2. Movimentação do ativo imobilizado:

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Custo				
Móveis e utensílios	491	105	(60)	536
Benfeitorias em imóveis de terceiro	2	1.039	(31)	1.010
Computadores e periféricos	821	730	(246)	1.305
Maquinas e equipamentos	81	509	(18)	572
Instalações	6	-	(1)	5
	1.401	2.383	(356)	3.428

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Custo				
Móveis e utensílios	366	167	(42)	491
Benfeitorias em imóveis de terceiros	46	-	(44)	2
Computadores e periféricos	396	598	(173)	821
Maquinas e equipamentos	-	85	(4)	81
Instalações	7	-	(1)	6
	815	850	(264)	1.401

9. Intangível

9.1. Composição

	Taxa de Amortização	Custo		Amortização	
	Média		Acumulada	Líquido	Líquido
Softwares e redes	20,00%	399	(153)	246	310
Investimento em rodovias	9,64%	34.395	(9.268)	25.127	7.898
Trabalhos iniciais/recuperação	14,00%	73.342	(24.250)	49.092	19.992
Investimentos - Materiais e serviços	3,47%	36.024	(807)	35.217	1.763
Outorga	4,05%	12.183	(1.306)	10.877	9.538
Adiantamento de Obras - Intangível		2.042	-	2.042	-
		158.385	(35.784)	122.601	39.501

9.2. Movimentação do ativo intangível:

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reclassificação nota 11.1.1	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Softwares e redes	310	-	-	(64)	246
Investimento em rodovias	7.898	24.495	-	(7.266)	25.127
Trabalhos iniciais/recuperação	19.992	35.830	-	(6.730)	49.092
Investimentos - Materiais e serviços	-	17.198	18.826	(807)	35.217
Outorga	11.301	-	-	(424)	10.877
Adiantamento de Obras - Intangível	-	2.042	-	-	2.042
	39.501	79.565	18.826	(15.291)	122.601

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2021
Softwares e redes	207	155	-	(52)	310
Investimento em rodovias	8.771	1.678	(1.594)	(957)	7.898
Trabalhos iniciais/recuperação	26.736	393	-	(7.136)	19.993
Outros	1.830	-	-	(66)	1.764
Outorga	9.894	-	-	(358)	9.536
	47.438	2.226	(1.594)	(8.569)	39.501

9.3. Descrição de Concessão e vigência

A Companhia é concessionária dos serviços públicos precedidos da execução dos serviços de conservação, reparação, manutenção, implantação de melhorias e operação do trecho rodoviário estadual do Lote 01 – Alto Araguaia, compreendendo o trecho MT 100 – Extensão 111,90 km após a implementação de todos os contornos. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, podendo prosseguir com suas atividades em caso de prorrogação do prazo de vigência da concessão.

9.4. Amortizações

A amortização será realizada de acordo com o prazo de vigência da concessão ou prazo de vida útil do respectivo investimento, caso inferior ao prazo de concessão. Para os investimentos realizados durante a vigência do contrato, a amortização é realizada de forma linear, considerando a data de finalização da concessão ou a vida útil do ativo,

dos dois o menor. O início da amortização se deu no momento em que a Companhia começou a ter receitas de pedágio.

9.5. Serviços de construção

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de construção	72.901	477
Custo de construção	(72.901)	(477)
	-	-

9.6. Impairment do intangível

A Companhia não identificou indicativos de impairment do ativo intangível, portanto nenhuma perda foi reconhecida em 31 de dezembro de 2022.

10. Direito de uso e passivo de arrendamentos

Refere-se ao contrato na modalidade “Built to Suit” das praças de pedágio, o sistema de gerenciamento e arrecadação das praças de pedágio, e aluguel das salas comerciais onde estão localizados o centro de operações em Cuiabá. Foram registrados conforme CPC 06 (R2).

11.1 Direito de uso

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		31/12/2022		31/12/2021	
	Taxa				
	Amortização		Amortização	Direito Uso	Direito de uso
	Média Anual	Custo	acumulada	Líquido	líquido
Direito de uso - Built to Suit (a)	24,56%	-	-	-	19.829
Direito de uso - Outros arrendamentos	24,49%	6.185	(3.371)	2.814	2.975
		6.185	(3.371)	2.814	22.804

- a) Em 08 de abril de 2019 a Via Brasil MT-100 firmou contrato de locação de ativos atípica com a Conseng Engenharia Ltda, em regime de construção sob medida (denominado built to suit), com objetivo de realizar obras no sistema rodoviário e obras acessórias, com respectivo valor de locação de R\$ 561 mensais a serem pagos em 48 parcelas corrigidas pelo IPCA. Em setembro de 2022 a Companhia efetuou antecipadamente a quitação das parcelas, e transferiu o saldo líquido de R\$ 18.826 para o intangível na rubrica “Investimentos – materiais e serviços”.

10.1.1. Síntese da movimentação do direito de uso:

	Saldo em 31/12/2021	Reclassificação nota 10.2	Juros	Novos Contratos	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Custo						
Direito de uso - Arrendamentos	22.804	- 18.826	-	877	(2.041)	2.814
	22.804	- 18.826	-	877	(2.041)	2.814

	Saldo em 31/12/2020	Juros	Novos Contratos	Amortização	Saldo em 31/12/2021
Custo					
Direito de uso - Arrendamentos	23.315	813	1.594	(2.918)	22.804
	23.315	813	1.594	(2.918)	22.804

10.2 Passivo de arrendamentos

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante		
Passivos de arrendamentos	1.529	9.916
(-) Juros sobre passivos de arrendamentos	(240)	(1.806)
Total do passivo circulante	1.289	8.110
Passivo não circulante		
Passivos de arrendamentos	2.110	11.047
(-) Juros sobre passivos de arrendamentos	(189)	(785)
Total do passivo não circulante	1.921	10.262
Total de passivo de arrendamentos	3.210	18.372

10.2.1 Movimentação:

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31/12/2021	Juros e AVP	(-) Pagamentos Principal	(-) Pagamentos Juros	Novos Contratos	Saldo em 31/12/2022
Built to Suit (a)	15.062	3.830	(16.645)	(2.247)	-	-
Sistema de Arrecadação de pedágios	3.259	232	(926)	(232)	-	2.333
Outros arrendamentos	51	2	(51)	(2)	877	877
	18.372	4.064	(17.622)	(2.481)	877	3.210

	Saldo em 31/12/2020	Juros e AVP	(-) Pagamentos Principal	(-) Pagamentos Juros	Novos Contratos	Saldo em 31/12/2021
Built to Suit (a)	17.322	2.840	(5.457)	(2.050)	2.407	15.062
Sistema de Arrecadação de pedágios	4.097	415	(929)	(324)	-	3.259
Outros arrendamentos	147	24	(110)	(10)	-	51
	21.566	3.279	(6.496)	(2.384)	2.407	18.372

11. Fornecedores

O saldo do passivo, relacionados a fornecedores, estavam divididos em contratos a realizar de obras dos trabalhos iniciais, com parte a ser pago após a conclusão das obras, e outros fornecedores de materiais e serviços. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não mantinha saldo de contratos a realizar.

Fornecedores - Contratos a realizar	31/12/2022	31/12/2021
Viapav Construções SPE (a)	-	9.432
Conseng Engenharia Ltda	-	70
	-	9.432
Fornecedores		
Outros fornecedores	1.494	650
	1.494	650
	1.494	10.082

- (a) Foi firmado contrato de construção e pavimentação de toda a rodovia financiado diretamente com Viapav Construções SPE, onde foram pagos 50% do contrato até dezembro de 2019 e o restante a ser pago em 48 parcelas iguais e sucessivas de R\$ 450 mensais, atualizadas anualmente pelo IPCA. A administração liquidou o saldo do contrato no início do exercício de 2022, pois era condicional de liquidação deste passivo através da captação de recursos perante o BNDES, conforme mencionado na nota 1.

12. Empréstimos e financiamentos

A conta de empréstimos e financiamentos está composta em sua totalidade, por empréstimo tomado junto ao Banco nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. O contrato foi assinado no montante de R\$ 200.000 a serem liberados mediante condições contratuais, tendo sua primeira liberação em 7 de junho de 2022 no valor de R\$ 82.000. O contrato tem seu vencimento final em 15 de setembro de 2043, com juros remuneratórios de

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4,10% ao ano e com garantia real de penhor da totalidade das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios e não há *covenants* financeiros no contrato de financiamento. Dentre os principais *covenants* não financeiros para decretação de vencimento antecipado está o descumprimento de obrigações relativas às garantias assumidas, penhor ou gravame sobre os bens e os direitos do contrato de concessão, decretação de caducidade ou extinção antecipada da concessão, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, alteração do controle efetivo acionário sem a prévia anuência do BNDES, entre outros.

12.1. Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante		
Banco Nacional de Desenv. Econ. e Social	1.157	-
(-) Juros passivos a vencer	(172)	-
	985	-
Passivo não circulante		
Banco Nacional de Desenv. Econ. e Social	82.606	-
(-) Juros passivos a vencer	(2.953)	-
	79.653	-
Total empréstimos e financiamentos	80.638	-

12.2. Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Captações	82.000
(-) Pagamentos do principal	-
(-) Pagamentos de juros	(1.567)
Provisão de juros	3.330
(-) Custo de captação	(3.226)
(+) Amortização custo de captação	101
Saldo em 31 de dezembro de 2022	80.638
 Saldo em 31 de dezembro de 2020	 1.102
Captações	-
(-) Pagamentos do principal	(1.102)
(-) Pagamentos de juros	(191)
Provisão de juros	191
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-

13. Salários e encargos sociais a pagar,

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
Salários a pagar	175	198
Rescisões a pagar	10	
Pensão alimentícia	1	
INSS a recolher	82	87
FGTS a recolher	24	26
IRRF sobre folha a recolher	2	4
Provisões sobre férias e 13º salário e encargos	294	313
	588	628

14. Encargos tributários a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS sobre receitas a pagar	164	160
ISS sobre receitas a pagar	167	163
IRPJ a recolher	229	457
CSLL a recolher	85	167
IRRF sobre serviços terceiros a recolher	6	6
PIS/COFINS/CSLL retido na fonte	17	19
ISS retido na fonte	24	21
INSS retido na fonte	17	22
	709	1.015

15. Impostos e contribuições parcelados

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Parcelamento de COFINS	61	63
Parcelamento de PIS	7	8
Parcelamento de INSS	84	76
Parcelamento de IRPJ	-	17
Parcelamento de CSLL	-	6
Parcelamento de impostos retidos	37	34
	189	204
Não circulante		
Parcelamento de COFINS	74	122
Parcelamento de PIS	3	9
Parcelamento de INSS	99	165
Parcelamento de impostos retidos	46	75
	222	371

16. Provisão para contingências

16.1. Processos com probabilidade de perda provável

A Companhia em 2021 constituiu contingências de natureza cível no valor de R\$ 70, e de natureza trabalhista no valor de R\$ 22 com probabilidade de perda provável, os quais foram provisionados na demonstração de resultado do exercício e se mantiveram em 2022. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia reconheceu contingência de natureza tributária sobre possíveis tributos de prestadores de serviços terceirizados no valor de R\$ 970, tendo como montante para este exercício R\$ 1.062.

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

31/12/2022				
Probabilidade de Perda	Tributário	Cível (a)	Trabalhista	Total
Provável	970	70	22	1.062
Total	970	70	22	1.062

31/12/2021				
Probabilidade de Perda	Tributário	Cível (a)	Trabalhista	Total
Provável	-	70	22	92
Total	-	70	22	92

16.2. Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte em outras ações cujo risco de perda é considerado pela administração, e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, como possíveis, e para as quais nenhuma provisão foi reconhecida. Estes valores são avaliados e atualizados em uma periodicidade trimestral. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía apenas R\$ 56 (R\$ 0 em 2021) de natureza civil e nenhum outro processo com probabilidade de perda possível de natureza trabalhista e tributária. Em 31 de dezembro de 2020, não mantinha nenhum saldo como perda possível.

17. Patrimônio Líquido

17.1. Capital social

O capital social que era em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 34.995 totalmente subscrito e integralizado, representado por 34.995.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), foi aumentado em R\$ 18.005 com a integralização do capital, representado por 18.005.000 ações ordinárias nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. Desta forma, em 31 de dezembro de 2022 o capital social passa a ser de R\$ 53.000 representado por 53.000.000 ações ordinárias nominativas. Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Conasa Infraestrutura S.A.	27.560.000	52,00%	18.197.000	52,00%
Cld Construtora, Lacos Detetores E Eletronica Ltda	13.780.000	26,00%	9.099.000	26,00%
Construtora Rocha Cavalcante	6.492.500	12,25%	4.287.000	12,25%
Fbs Construcao Civil E Pavimentacao S.A.	2.782.500	5,25%	1.837.000	5,25%
M4 Investimentos e Participações Ltda	1.325.000	2,50%	875.000	2,50%
Construtora Ibérica Ltda	1.060.000	2,00%	700.000	2,00%
	53.000.000	100,00%	34.995.000	100,00%

17.2. Reserva legal

O Estatuto Social prevê que, do lucro líquido apurado no período, deverão ser destinados 5% para constituição de reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, foi constituído o montante de R\$ 45 de reserva legal encerrando o exercício com saldo de R\$ 295 de reserva legal.

17.3. Reserva de retenção de lucros

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No encerramento do exercício de 2022, após a destinação da reserva legal e provisão dos dividendos, a Companhia alocou o restante dos lucros no valor de R\$ 836 totalizando o saldo de R\$ 5.595 como reserva de retenção de lucros a ser destinado em uma próxima assembleia geral extraordinária.

17.4. Dividendos obrigatórios

Conforme artigo 22 do estatuto social, será distribuído aos acionistas 1% (um por cento) dos lucros observada a prioridade na distribuição de dividendos às ações preferenciais que serão 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias, conforme o disposto no artigo 5º, parágrafo 1º do estatuto, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022, foi proposto o valor de R\$ 8 como dividendos a pagar.

18. Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de arrecadação de pedágio (a)	53.880	47.765
Receita de construção (b)	72.901	477
Devoluções e cancelamentos de serviços	(65)	
Impostos e contribuições sobre receita	(3.983)	(3.521)
Receita operacional líquida	122.733	44.721

- (a) As receitas de arrecadação recebidas durante o exercício, estão distribuídas em 2 (duas) praças de pedágios, com nove categorias de veículos (motos, passeio, caminhões etc.) com tarifa média de R\$ 8,57 por eixo equivalente.

O valor da tarifa é reajustado anualmente. Em 31 de dezembro de 2020, a tarifa de pedágio encerrou em R\$ 8,30 (oito reais e trinta centavos). A partir de 10 de fevereiro de 2022, a tarifa foi reajustada para R\$ 8,50 e em 1º de dezembro de 2022 passou a ser de R\$9,60.

- (b) A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão) e CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo.

19. Custos dos serviços prestados

	31/12/2022	31/12/2021
Custos dos serviços prestados		
Custos com materiais e insumos na operação	(2.428)	(2.490)
Mão de obra na operação	(5.238)	(3.282)
Custos com serviços de terceiros na operação	(9.992)	(9.174)
Depreciação e amortização	(10.520)	(8.696)
Amortização do direito de uso	(2.179)	(2.681)
Custos de construção	(72.901)	(477)
	(103.258)	(26.800)

20. Despesas gerais e administrativas

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas gerais e administrativas		
Salários, encargos e outras despesas com pessoal	(864)	(1.893)
Honorários, consultorias e auditorias	(4.418)	(3.620)
Viagens, estadias e refeições	(101)	(146)
Depreciação e amortização	(304)	(247)
Amortização do direito de uso	(61)	(137)
Impostos, taxas e contribuições	(122)	(53)
Serviços administrativos compartilhados	(402)	(620)
Outras despesas administrativas	(729)	(555)
	(7.001)	(7.271)

21. Outras receitas (despesas) operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Outras receitas		
Reembolso de serviços compartilhados (a)	960	3.748
Outras receitas	-	34
	960	3.782
Outras despesas		
Provisão para contingências (b)	(970)	(92)
Multas sobre tributos em atraso	(10)	(2)
	(980)	(94)
	(20)	3.688

(a) A Via Brasil MT-100 compartilha o centro de controle de operações, juntamente com a coligada Via Brasil MT-320, onde todas as despesas administrativas são rateadas e reembolsadas.

(b) A companhia decidiu provisionar a contingência tributária sobre uma eventual fiscalização sobre pessoas jurídicas prestadoras de serviços continuados.

22. Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos de capital de giro	(3.345)	(191)
Juros sobre financiamento com fornecedores	(3.316)	(2.237)
Juros sobre arrendamentos mercantis	(3.492)	(3.279)
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(1.593)	-
Juros apropriados sobre parcelamentos	(49)	(29)
Custo financeiro de estruturação de dívida	(125)	(574)
Outras despesas financeiras	(141)	(34)
	(12.061)	(6.344)
Receitas financeiras		
Juros recebidos s/ aplicação financeira	1.537	57
Outras Financeiras	2	-
	1.539	57
Resultado financeiro	(10.522)	(6.287)

23. Imposto de renda e contribuição social

Durante o exercício de 2022 e 2021 a Companhia optou pelo regime de Lucro Real trimestral. Nesse regime, a apuração do imposto de renda e da contribuição social é realizada a partir do lucro contábil, acrescido de ajustes (adições e exclusões) requeridos pela legislação tributária na apuração dos

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

tributos do ano corrente. No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o imposto de renda e a contribuição social apurados foram de R\$ 1.065 e R\$ 390 (R\$ 1.589 e R\$ 579 em 2021), respectivamente, e o IRPJ sobre prejuízo fiscal e CSLL sobre base negativa diferidos foram de R\$ 325 e R\$ 117 (R\$ 482 e R\$ 174 em 2021), respectivamente usados no cálculo do exercício, totalizando um imposto de R\$ 1.012 líquidos no resultado.

A seguir a reconciliação da apuração do imposto de renda e contribuição social líquidos lançados no resultado:

	1º Trim/2022	2º Trim/2022	3º Trim/2022	4º Trim/2022	31/12/2022
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	471	(957)	1.162	213	889
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - Calculados a alíquotas nominais	(160)	325	(395)	(72)	(302)
Imposto diferido não constituído sobre Prejuízo Fiscal	-	(16)	-	-	(16)
Reconhecimento do Imposto diferido sobre Prejuízo Fiscal	108	116	116	102	442
Despesas Indedutíveis e outros movimentos	(377)	(25)	(988)	(215)	(1.605)
Imposto de renda retido na fonte e outras compensações	-	-	395	73	468
Imposto de Renda e Contribuição Social Apurados	(429)	400	(872)	(112)	(1.013)
IRPJ e CSLL Correntes	(556)	(540)	(181)	(178)	(1.455)
IRPJ e CSLL Diferidos	108	116	116	102	442
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(448)	(424)	(65)	(76)	(1.013)
Alíquota efetiva	95%	-44%	6%	36%	114%

	1º Trim/2021	2º Trim/2021	3º Trim/2021	4º Trim/2021	31/12/2021
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	2.140	(46)	2.482	3.453	8.029
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - Calculados a alíquotas nominais	(728)	16	(844)	(1.174)	(2.730)
Imposto diferido não constituído sobre Prejuízo Fiscal	-	(16)	-	-	(16)
Reconhecimento do Imposto diferido sobre Prejuízo Fiscal	224	-	160	272	656
Despesas Indedutíveis e outros movimentos	(12)	-	315	273	576
Imposto de renda retido na fonte e outras compensações	-	-	1	-	1
Imposto de Renda e Contribuição Social Apurados	(516)	(0)	(368)	(629)	(1.513)
IRPJ e CSLL Correntes	(740)	-	(528)	(901)	(2.169)
IRPJ e CSLL Diferidos	224	-	160	272	656
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(516)	-	(368)	(629)	(1.513)
Alíquota efetiva	24%	0%	15%	18%	19%

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Resultado por Ação

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o resultado aos montantes usados para calcular o lucro básico por ação:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do exercício	889	6.516
Média ponderada de ações em circulação	36.495.417	19.416.250
Resultado por ações - básico - R\$	0,0244	0,3356

	31/12/2022	31/12/2021
Quantidade de ações	Avos	Avos
18.005.000	11/12	11/12
34.995.000	01/12	01/12
Média ponderada de ações	36.495.417	19.420.833
Lucro básico por ações (em reais)	0,0244	0,3355

Diluído: A Companhia não apresentou o cálculo do Resultado por ação – diluído conforme requerido pelo CPC – 41, em razão de não existirem fatores de diluição. Portanto, não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

25. Instrumentos financeiros

25.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

25.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro 2022 e 31 de dezembro de 2020 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização. Levando em consideração o atual cenário da Covid-19, o valor justo dos instrumentos financeiros, se aproxima do contábil no encerramento do período, motivo pelo qual só estão apresentados abaixo os valores contábeis, demonstrados abaixo:

		31/12/2022	
		Valor contábil	Valor de mercado
Ativo financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	14.743	14.743
Clientes	Custo amortizado	2.584	2.584
Titulos de valores mobiliários	Custo amortizado	14	14
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	1.494	1.494
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	80.638	1.102
Passivo de arrendamentos	Custo amortizado	3.210	3.210

25.3. Categoria fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

26. Risco de mercado

- (a) **Risco de taxa de juros:** A Companhia não tem risco de variação de taxa de juros relevante nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Variação da taxa básica de juros pode alterar as condições econômico-financeiras do contrato de concessão e melhorar ou piorar a capacidade de investimento da concessionária.

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) **Risco de taxas de câmbio:** A Companhia não realiza operações cambiais.

Risco de crédito: A companhia não possui risco de créditos pois não contém em seu grupo de contas a receber, perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa no encerramento do exercício, até o início de cobrança de pedágio.

(c) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e plano de investimento da concessão. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

(d) **Gestão de capital:** A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não mantinha nenhuma dívida com terceiros registrada no balanço.

	31/12/2022	31/12/2021
A - Empréstimos e financiamentos (nota 12)	80.638	-
C - (-) Caixa e equivalentes de caixa e título de valores mobiliários	14.743	3.844
D = (A + B - C) - Dívida líquida	65.895	(3.844)
E = Total do patrimônio líquido	61.726	40.004
F = (D + E) - Capital total	127.621	36.160
D/F = Índice de alavancagem financeira	51,6%	-10,6%

27. Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações, respeitando também as obrigações Contratuais que permitem a preservação do Contrato de Concessão.

As apólices de seguro adquiridas pela Companhia no exercício de 2022 garantem a execução do Contrato de Concessão, Responsabilidade Civil, Riscos de Engenharia e Operacionais. As apólices de seguro foram adquiridas junto a seguradoras de primeira linha, autorizadas a funcionar no País pela Superintendência de Seguros Privados – SUPEP assim como estão autorizadas a comercializar as respectivas apólices. Todas as apólices foram previamente submetidas ao escrutínio do Poder Concedente visando garantir o atendimento das condições contratuais e regulatórias.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

auditoria, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

A seguir estão demonstrados os limites máximos de indenizações contratados junto as seguintes companhias seguradoras: (i) J. Malucelli pela estruturação da Garantia de Execução do Contrato, (ii) Axa Seguros pela estruturação dos seguros de Riscos de Engenharia do tipo “todos os riscos” e do seguro de Responsabilidade Civil e (iii) Chubb Seguros pela estruturação dos Riscos Patrimoniais e Operacionais.

27.1. Garantia de execução do contrato

O valor da apólice de garantia de execução do contrato foi estabelecido tendo como base de cálculo o valor estipulado no contrato de concessão (cláusula 7), correspondente a 2,00% (dois por cento) do valor da receita bruta prevista para o primeiro ano de operação da Rodovia MT 100, ou até o limite equivalente a R\$ 41.121.019,71 (quarenta e um milhões, cento e vinte e um mil, dezenove reais e setenta e um centavos).

27.2. Riscos de engenharia do tipo “todos os riscos” e do seguro de Responsabilidade civil

RISCOS DE ENGENHARIA

Cobertura básica	53.040
Erros de projeto	53.040
Tumultos, greves e lockout	13.675
Risco do fabricante	53.040
Despesas extraordinárias	13.675
Despesas de desentulho	13.675
Alagamento e inundação	3.000
Períodos de testes	53.040
Equipamentos, móveis e estacionários utilizados na obra	1.000
Salvamento e contenção de sinistros	1.000

RESPONDABILIDADE CIVIL

Obras civis, instalação, assistência técnica e montagem	5.000
Cruzada - Obras civis RC Erro de projeto	5.000
Empregador	1.000
Fundações	5.000
Poluição súbita	1.000

27.3. Riscos operacionais

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cobertura básica	10.000
Obras de engenharia	5.000
Tumultos, vandalismos e atos dolosos	1.000
Incendio, raio e explosão de qualquer natureza	5.000
Danos à equipamentos eletrônicos (baixa voltagem)	1.000
Roubo e furto qualificado (exceto valores)	1.000
Danos elétricos	1.000
Vendaval e fumaça	1.000
Danos causados a objetos de vidros	1.000
alagamento e inundação	1.000

28. Compromissos vinculados ao contrato de concessão (não auditado)

A Via Brasil MT-100 investiu R\$ 158.355 até 31 de dezembro de 2022, sendo R\$ 12.183 em outorga e outros investimentos iniciais e R\$ 146.172 em recuperação do pavimento, implantação de 2 praças de pedágio, sinalização e segurança para garantir a trafegabilidade da rodovia.

Os compromissos de investimento projetados para 2023 a 2048 são de R\$ 206.955, sendo R\$ 173.174 em investimentos de infraestrutura e R\$ 33.781 em equipamentos, veículos e sistemas de informatização.

João Garcia Couri Neto
Diretor Presidente

Isaac do Nascimento
Contador CRC-PR043806/O-1

* * *